

CAPÍTULO 10

A PRÁTICA DA TENDÊNCIA ATUALIZANTE PELAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENFRENTAMENTO DOS DESAFIOS PARA A PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Iarley Pereira de Sousa
Leilane Menezes Maciel Travassos
Romércia Batista dos Santos

RESUMO

As pessoas com deficiência tiveram seu direito de acesso ao ensino superior e técnico de nível médio, no Brasil, com o advento da Lei n. 13.409/2016, que incluiu estes cidadãos no rol dos tutelados pelo sistema de cotas. No entanto, muitos são os desafios que as pessoas com deficiência enfrentam para permanecer no ensino superior. Este estudo objetivou discutir a percepção que os discentes com deficiência dos cursos de graduação do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (CCJS) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), possuem desses desafios e quais as estratégias de enfrentamento são criadas por eles. O marco teórico utilizado foi a Abordagem Centrada na Pessoa, de Carl R. Rogers, especificamente, discutindo-se o conceito de tendência atualizante. A pesquisa teve caráter básico, de abordagem qualitativa e descritiva, tendo como amostra, sete pessoas com deficiência, entre 18 e 53 anos, sendo quatro do sexo feminino e três do sexo masculino. Seis dos participantes ingressaram na universidade por meio do sistema de cotas para pessoas com deficiência; dois possuem deficiência visual, um possui deficiência auditiva e quatro possuem deficiência física. Para coleta de dados, aplicou-se uma entrevista semiestruturada. Os dados coletados foram submetidos a uma análise de dados qualitativa, por meio da análise de conteúdo de Bardin (2016). Os principais desafios identificados foram: as dificuldades financeiras, demonstrando que a pobreza e a deficiência são marcas de uma sociedade desigual; problemas de infraestrutura da instituição e na falta de estratégias pedagógicas adequadas por parte dos docentes; falta de abertura no meio acadêmico para acolher e conviver com a diversidade que gera o preconceito e a exclusão; dentre outras. Como estratégias de enfrentamento identificou-se a tendência atualizante, um fator protetivo (religiosidade) e a presença de grupos de apoio (família, amigos), embora os participantes não os identifiquem como tal porque a visão é que um grupo de apoio é algo institucional e, neste sentido, os participantes pouco conseguem identificar a sua existência, no âmbito acadêmico.

PALAVRAS-CHAVE: Percepção. Desafios. Enfrentamento. Educação Inclusiva. Tendência Atualizante.

1. INTRODUÇÃO

1.1 O acesso ao ensino superior das pessoas com deficiência

As discussões referentes aos direitos educacionais das pessoas com deficiência começam com a elaboração dos conceitos de educação especial, dividida em suas categorias: educação exclusiva e educação inclusiva.

Segundo o art. 58 da Lei n. 9394/1996 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), educação especial seria a área da Educação que possui a finalidade de acompanhar e proporcionar a aprendizagem das pessoas com necessidades educacionais especiais, entre elas, as pessoas com deficiência. Segundo Sousa (2013), o objetivo é que as pessoas com deficiência

tenham acesso à educação e possam ser instruídas, segundo seu ritmo e seus processos próprios de aprendizagem. A educação especial se subdivide em duas modalidades: a educação exclusiva e a educação inclusiva.

A educação exclusiva entende que as pessoas com deficiência devem todas estudar nos mesmos locais, adaptados a promover sua aprendizagem de forma especializada. Assim, por exemplo, pessoas com deficiência visual devem todas serem reunidas num mesmo instituto especializado em educá-las, como nos chamados Institutos de Cegos (SOUSA, 2013).

A educação inclusiva, segundo Sousa (2013), defende um processo de inclusão das pessoas com deficiência na rede regular de ensino, independentemente, do nível escolar. O convívio escolar nas salas regulares de ensino, teria papel importante, no processo de aprendizagem das pessoas com deficiência, além de promover em todas as pessoas, com ou sem deficiência, os valores de igualdade e de respeito, a ideia de que todos são cidadãos, têm os mesmos direitos e podem desenvolver suas capacidades, se forem respeitados em sua dignidade e se forem oferecidos os meios necessários. As situações específicas de aprendizagem das pessoas com deficiência seriam contempladas por meios acessórios, como as salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) que funcionam em contraturno do período em que a pessoa com deficiência está matriculada na sala regular e do apoio de monitores.

O art. 6.º da CRFB/88, formalizou o direito a educação como direito social de todos os cidadãos brasileiros, independente, de seu nível econômico, crenças, identidades culturais ou deficiências. A CRFB/88 ainda diz que é dever do Estado garantir a educação inclusiva a todos que dela precisem (art. 208, III). Este direito também é garantido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei n. 9394/1996 (art. 58, 59 e 60).

No Brasil, está em vigor a Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, que estabeleceu regras para o que se conhece por “sistema de quotas” para o ensino superior, apresentando os critérios de acesso, nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, para grupos vulneráveis socialmente. A princípio, esta ação afirmativa estatal abrangia apenas pessoas oriundas de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos e indígenas.

No entanto, em 28 de dezembro de 2016, esta referida lei sofreu alterações advindas da Lei n.º 13.409, de modo que as pessoas com deficiência também se tornaram beneficiadas pelo “sistema de quotas”. Este fato representou uma reparação histórica a um grupo de pessoas, costumeiramente, vitimado pela segregação e pela exclusão social.

Observou-se que apesar de ter o direito ao acesso ao ensino superior nos últimos anos, há poucos alunos com deficiência nas universidades brasileiras. Poderiam ser apontados diversas explicações para este fato e todas, passariam, necessariamente, pelo caráter de exclusão impregnado nas sociedades capitalistas, em que as pessoas com deficiência cumprem: uma função econômica, como parcela de um exército reserva e uma função ideológica, sendo mantidas numa posição de inferioridade.

No entanto, a ideia aqui não é discorrer sobre esta constatação, mas sobre a permanência das pessoas com deficiência dentro das universidades do país, considerando as estratégias de enfrentamento dos inúmeros desafios encontrados por estas pessoas ao cursarem o ensino superior. Desafios que vão desde uma infraestrutura e currículos inadequados até a realidade da reprodução da segregação social no meio universitário.

Dessa forma, se propõe aqui uma reflexão sobre a questão da inclusão social das pessoas com deficiência no ensino superior, a partir dos conhecimentos da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) desenvolvida por Carl Rogers, com foco no conceito de tendência atualizante, como elemento de contribuição para o enfrentamento dos desafios, por parte das pessoas com deficiências.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Abordagem Centrada na Pessoa (ACP)

A abordagem centrada na pessoa (ACP) foi concebida por Carl Rogers, como fruto de sua atuação profissional. Pertence as teorias de base existencial humanista e fenomenológica, assim como a Gestal-Terapia, de Fritz Perls e a Logoterapia, de Viktor Frankl. Rogers desenvolve o seu pensamento a partir de duas tendências: a tendência a realização, que seria característica da vida orgânica e a tendência formativa, própria do universo.

A tendência a realização, também chamada de tendência atualizante, seria a capacidade que todo indivíduo possui de crescer, de realizar-se, de construir-se. Seria uma capacidade positiva de todo ser, ou seja, o organismo tende a progredir e não a destruir-se, tende a preservar-se e evoluir, não ao caos. Nas palavras do próprio Rogers (2009, p. 40):

Podemos dizer que em cada organismo, não importa em que nível, há um fluxo subjacente de movimento em direção à realização construtiva das possibilidades que lhe são inerentes. Há também nos seres humanos uma tendência natural a um desenvolvimento mais completo e mais complexo. [...] A tendência realizadora pode, evidentemente, ser frustrada ou desvirtuada, mas não pode ser destruída, sem que se destrua também o organismo (ROGERS, 2009, p. 40).

Rogers (1983) afirma que as pessoas possuem dentro de si, diversos recursos para modificar seus autoconceitos, suas atitudes e seu comportamento autônomo. Estes recursos são ativados se houver um clima que propicie esta realidade.

Já a tendência formativa não seria algo de cada organismo, mas no próprio Universo. Para Rogers (2009), o Universo não estaria tendendo para o caos, a desordem e a destruição, no que comumente se chamada de entropia. Ao contrário, o universo teria uma tendência constantemente atuante em direção a uma ordem crescente e a uma complexidade interrelacionada, visível tanto no nível orgânico como no inorgânico. Esta também poderia ser chamada de sintropia (ROGERS, 2009).

Dessa forma, é fácil perceber que a ACP possui uma imagem positiva do ser humano. O homem não é um indivíduo doente, patológico, mas alguém, essencialmente bom. O objetivo da psicoterapia é potencializar o que o indivíduo possui de bom. Portanto, não se demora nas imperfeições do homem, mas em suas virtudes e capacidades.

Outra questão importante é a centralidade no presente da pessoa e não em seu passado. O indivíduo é levado a liberdade e a autoconsciência para que, ele mesmo, encontre respostas as suas perguntas e resoluções para seus problemas, a partir da autorreflexão e da busca do que ele mesmo possui de instrumentos para enfrentar as situações que lhe ocorrerem (ROGERS, 2009).

Rogers (1983) apresenta a necessidade da formação para que o indivíduo possa viver em harmonia e congruência consigo mesmo. Para tanto, seria necessária, entre outros fatores, a tendência realizadora.

Aplicando a teoria rogeriana à educação inclusiva, observa-se que Rogers (1985) afirmava que o grande desafio das instituições de ensino seria proporcionar um ambiente favorável, onde os docentes e discentes sintam-se livres para novas descobertas, sem que sofram nenhum tipo de censura ou pressão externas, de modo que cada um seja o que é, sem se enganar. Rogers (1985) propõe o que chamou de aprendizagem autoiniciada, que une sentimento e intelecto. Seria uma aprendizagem socialmente útil porque incorpora um processo de mudança no indivíduo, que aprende a aprender e se abre para novas experiências e novos conhecimentos. A aprendizagem depende da experiência pessoal do discente, da vivência integralizada das experiências. É essa atmosfera que a educação inclusiva precisa proporcionar, para que haja efetiva aprendizagem.

Para Almeida (2002), Rogers defende que os docentes que exploram a pessoa criativa de seus alunos, possibilitam um ambiente de liberdade de expressão e respeito mútuos. E essa atmosfera é essencial para a educação inclusiva. A valorização do afeto é determinante, pois o ato de aprender reúne aspectos cognitivos, mas também afetivos.

Lima, Barbosa e Peixoto (2018) escrevem que o modelo autoiniciado, caracterizado pela aprendizagem de forma significativa e centrada na pessoa, permite que todo e qualquer indivíduo, independentemente de suas limitações, sejam biológicas ou cognitivas, se adapte às modificações próprias da vida, de forma contínua, pois a vida é feita de mudanças, o que hoje é estabelecido como certo, pode mudar amanhã. Onde existir um ser fenomenológico, haverá mudanças. Não existem seres estáticos.

Zimring (2010) afirma que Rogers sugere, a partir de seu conceito de “não-diretividade” e de sua experiência clínica, que os docentes deveriam ter posturas similares a um terapeuta no trato com seus discentes, fazendo uso das atitudes facilitadoras (a autenticidade, a empatia e a aceitação incondicional). Assim, o professor acolheria e compreenderia seu aluno, oferecendo estima e presença nas experiências de novas descobertas, o que consolidaria uma aprendizagem verdadeira. Para tanto, o professor deveria trabalhar a autenticidade, a empatia e a aceitação incondicional em si mesmo, para adquirir uma atitude humanizada. Percebe-se o quanto essa concepção é necessária à educação inclusiva.

A autenticidade, também chamada de sinceridade ou congruência, é a capacidade que o docente ou o terapeuta deve ter de ser ele mesmo, sem máscaras, sem subterfúgios e sem fingimentos. Ele deve ser o mais verdadeiro possível, removendo entraves de caráter pessoal e profissional. Ser transparente seria a capacidade de conhecer o fluxo da vivência que ocorre no seu íntimo, um fluxo marcado pela complexidade e pela mudança contínua, afirmou Rogers (1977). Se o discente percebe esta verdade por parte do docente, ele também tenderá a ser verdadeiro em suas colocações.

A segunda atitude facilitadora seria a aceitação incondicional, também chamada de interesse ou consideração. Não seria uma convivência pacífica com um indivíduo em um momento específico, no caso na aula, mas uma aceitação de cada elemento da experiência que o discente vive. O docente aceitaria e acolheria o que quer que o discente seja na sala de aula. Esse acolhimento incondicional e total possibilita a mudança positiva do discente. O interesse do docente é uma consideração integral do discente, não pode ser nem possessivo, nem condicionado a algo (ROGERS, 1977)

A terceira atitude facilitadora é a compreensão empática ou simplesmente, empatia. É uma aproximação do professor da vivência do aluno, num processo de percepção e de experimentação dos significados dessas vivências, objetivando uma devolutiva de sentido. Seria confirmar que, ao ser compreendido, o indivíduo existe (ROGERS, 1977).

O próprio Rogers (1983, p. 38) deixa claro que “se as pessoas são aceitas e consideradas, elas tendem a desenvolver uma atitude de maior consideração em relação a si mesmas.”

Souza, Lopes e Silva (2013) afirmam que Rogers entende que o ato de aprender é peculiar, individual, singular, de modo que a vivência subjetiva precisa ser considerada. O discente assimila apenas o que lhe convém, o que relaciona ao seu contexto e dá importância. O docente precisaria aceitar incondicionalmente o discente, em seus medos, hesitações e ritmo de aprendizagem.

Ainda prelecionam Lima, Barbosa e Peixoto (2018) que Rogers dá ênfase a inclusão como um processo, que conjectura uma evolução permanente, antecipando a concepção do “eu” do indivíduo estabelecido neste processo. As pessoas se constituem, no cotidiano, por meio das interações que estabelecem, conforme se tornam um “outro” para algum sujeito, perfazendo um entrelaçado de “eus”. Ou seja, o “eu” (componente individual) articula-se com o “outro”, formando conexões. Quanto mais entrelaçado com diversas pessoas, mais os indivíduos evoluem, por meio da interação social.

Desse modo, ou seja, acolhendo a pessoa em sua integralidade, valorizando suas potencialidades, é possível favorecer a aprendizagem. Essa é a grande mudança que precisa ser posta em prática na educação inclusiva, para promover o crescimento de cada indivíduo.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Para corroborar a hipótese de que a tendência atualizante pode de Rogers pode colaborar para que as pessoas com deficiência desenvolvam estratégias de enfrentamento aos desafios para a sua permanência no ensino superior, aplicou-se uma pesquisa com discentes do Curso de Bacharelado em Direito do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (CCJS) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

A pesquisa teve caráter básico, de abordagem qualitativa e descritiva, tendo como amostra, sete pessoas com deficiência, entre 18 e 53 anos, sendo quatro do sexo feminino e três do sexo masculino, escolhidas aleatoriamente, entre os discentes matriculados no semestre letivo 2020.1. Como critérios de inclusão escolheu-se: matrícula ativa num dos cursos de graduação do CCJS/UFCG, diversidade dos tipos de deficiência, independentemente, do

discente ter sido aprovado no sistema de cotas ou não e do período que o aluno estivesse cursando. Adotou-se como critério de exclusão, que os participantes sejam maiores de idade, ou seja, tenham 18 (dezoito) anos completos ou mais.

Seis dos participantes ingressaram na universidade por meio do sistema de cotas para pessoas com deficiência; dois possuem deficiência visual, um possui deficiência auditiva e quatro possuem deficiência física. Para coleta de dados, utilizou-se uma entrevista semiestruturada composta por quatro questões: uma perguntou se a pessoa identificava algum desafio à sua permanência no seu curso e ter uma boa aprendizagem; outra sobre que dificuldades eram percebidas pelas pessoas com deficiência no seu curso e para a sua aprendizagem; outra sobre como elas enfrentam essas dificuldades e a última, se a pessoa conhecia alguma rede apoio diante do enfrentamento desses desafios percebidos.

Os dados coletados foram submetidos a uma análise de dados qualitativa, por meio da análise de conteúdo de Bardin (2016). Entre os objetivos da pesquisa, estava compreender se, na fala das pessoas com deficiência, há elementos do conceito rogeriano de tendência atualizante, na criação de estratégias de enfrentamento para sua permanência no ensino superior.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A percepção das pessoas com deficiência quanto aos desafios que enfrentam no ensino superior

Quando da aplicação da entrevista semiestruturada, segundo instrumento utilizado nesta pesquisa, a primeira questão que a mesma trazia não indagava diretamente quais os desafios que as pessoas com deficiência enfrentavam, para que não se enviesasse as respostas. Perguntou-se, então, se o participante identificava alguma dificuldade para permanecer no seu curso e ter uma boa aprendizagem. Todos os participantes responderam que sim. No entanto, apenas três deles, já apontaram algumas dessas dificuldades, na resposta desta questão. Os demais apenas afirmaram a existência.

A segunda questão da entrevista semiestruturada perguntava quais eram as dificuldades que os participantes percebiam existir para que permanecessem em seu curso e tivessem uma boa aprendizagem. Apesar de alguns terem citado outros pontos, quase todas as respostas se concentraram nos problemas de infraestrutura da instituição e na falta de estratégias pedagógicas adequadas por parte dos docentes. Isso significa que, apesar do direito ao acesso das pessoas com deficiência à educação, independentemente do nível e modalidade, estar

assegurado juridicamente, na prática, as instituições e os docentes não estão preparados para oferecer um ensino de qualidade e o necessário para que estas pessoas tenham sua dignidade humana respeitada.

Barros, Silva e Costa (2015) escrevem que embora já se tenha um efetivo jurídico-institucional de políticas alinhadas com as propostas e objetivos defendidos pela educação inclusiva, existe uma distância razoável entre as ações político-jurídicas e o a realidade nos ambientes escolares. As autoras apontam que não se podia ter outro resultado que essa discrepância, visto que estes postulados oficiais são oriundos de um mundo globalizado e neoliberal e que, no fim, a educação inclusiva pode estar, na verdade, restringindo a efetividade da inclusão.

É de suma importância, visualizar as falas dos participantes, dada a riqueza dos depoimentos, conforme se apresenta no recorte da narrativa do Entrevistado 1 (2020, informação verbal concedida em 12/04/2020): “os recursos e a pouca atenção dada pela instituição e por alguns professores faz com que a pessoa muitas vezes se sinta menosprezado só por causa da deficiência que possui. Isso muitas vezes faz com que falte estímulo e vontade para estudar e seguir em frente”

A fala deixa nítido que tanto os problemas estruturais como a “falta de atenção” de alguns professores têm gerado um sentimento de desestímulo ao participante, inclusive, sentindo-se excluído por causa de sua deficiência. Ou seja, a falta de abertura no meio social para acolher e conviver com a diversidade, gera o preconceito e a exclusão.

O Entrevistado 5 (2020, informação verbal concedida em 19/04/2020), que possui deficiência visual, apontou como principal problema, os instrumentos de avaliação que não estão adequados às suas necessidades educacionais. Ela relata (2020):

A maior dificuldade são as provas, pois na maioria das vezes os professores elaboram provas com letras muito pequenas para haver economia de papel. E isso me causa muita dificuldade no momento de ler a prova com nitidez, causando assim prejuízo no meu desempenho no momento da avaliação. O ideal é que houvesse prova ampliada. Tenho dúvidas se os professores sabem da existência de alunos portadores de necessidades especiais no campus. Acredito que não (Entrevistado 5, 2020, informação verbal concedida em 19/04/2020).

Três participantes trouxeram a realidade da dificuldade de locomoção, por morarem em outros municípios, diferentes de onde se localiza o CCJS/UFCG. Os três possuem deficiência física e relataram muitos percalços que enfrentam para continuar estudando. Neste sentido, destaca-se a fala do Entrevistado 3 (2020):

Desde o início venho tendo uma enorme dificuldade em questão ao deslocamento todos os dias da minha residência, até a universidade, pois moro em outra cidade, onde faço um percurso de 2 horas, dela até Sousa, já vi algumas formas cabíveis para mudar isso, mas infelizmente foi sem sucesso, principalmente a de mudar de cidade, só que como sou deficiente e dependente de muita ajuda, para isso acontecer, tinha que vim minha família comigo, onde seria uma coisa nova pra todos, tornando-se assim, cada vez mais complicado, enfim levando em consideração, que essa rotina se torna muito cansativa, criando assim também um cansaço mental, dificultando um pouco na aprendizagem. Segundamente, queria ressaltar também que a universidade não é totalmente acessível, tanto que evito até sair de sala, pois o calçamento não é bom no deslocamento (Entrevistado 3, 2020, informação verbal concedida em 12/04/2020).

Observa-se, ainda, que a fala do entrevistado 3 (2020) reforça as dificuldades da estrutura da instituição, apontando a carência no tocante a acessibilidade em todo o campus. No entanto, a questão da acessibilidade será melhor abordada quando se discutir as respostas referentes ao terceiro instrumento da pesquisa.

Também foram apresentadas dificuldades que não dizem respeito a questões ligadas à deficiência, mas que são preocupações do cotidiano de uma instituição de ensino superior, como: métodos pedagógicos de alguns professores, número elevado de alunos nas salas, pouco acesso à extensão e à pesquisa, pouco material disponível e, muitas vezes desatualizado, para as demandas do Curso de Direito.

Salienta-se, ainda, as dificuldades de caráter subjetivo, que os participantes colocaram. O Entrevistado 2 (2020, informação verbal concedida em 12/04/2020) disse: “não tenho uma boa e suficiente integração com a turma ao qual estou inserido, tem as exceções, claro [...], me causa de certa forma um isolamento e pode acrescentar uma margem negativa no meu desempenho de aprendizagem.”

O discente não quis aprofundar sobre o que lhe causava este desconforto emocional, se era vítima de preconceito, por exemplo. Dois participantes colocaram situações que enfrentam em suas famílias. Já o Entrevistado 4 (2020) revelou um sentimento de inferioridade com relação aos seus colegas de turma, ao passo que, trouxe o elemento das ausências em sala por conta do acompanhamento médico que realiza diante da sua deficiência. Ela respondeu (2020):

O sistema de cotas é uma oportunidade única de acesso ao ensino superior mas uma grande parte dessas pessoas que entram por meio dela não tem uma preparação adequada para acompanhar o intelecto de outros colegas. No meu caso, a minha deficiência acabou interferindo bastante no âmbito acadêmico devido as inúmeras vezes que faltei nas instituições de ensino para fazer o tratamento dela (Entrevistado 4, 2020, informação verbal concedida em 19/04/2020).

Nota-se, portanto, que há uma grande diversidade de dificuldades percebidas, seja no âmbito acadêmico, social, familiar ou subjetivo, desde desafios de estrutura da instituição à problemas quanto as posturas docentes. Esse fato demonstra que a permanência das pessoas

com deficiência no ensino superior é um tema que merece um aprofundamento e uma atenção maior por parte de pesquisadores e profissionais. As barreiras enfrentadas não são uniformes e nem possuem explicações simples. Mas é preciso conhecê-las, para que se possa estudar e propor soluções reais e satisfatórias.

4.2 As estratégias de enfrentamento aos desafios utilizadas pelas pessoas com deficiência

A terceira pergunta da entrevista semiestruturada indagava como os participantes enfrentavam as dificuldades que eles percebiam para permanecer no ensino superior e ter uma boa aprendizagem. É aqui que a pesquisa identifica a tendência atualizante, postulado da teoria rogeriana, já discutida na fundamentação deste trabalho. De fato, consegue-se identificar diversas estratégias que remetem à capacidade de crescimento, de desenvolvimento e de superação das adversidades, nas falas dos participantes.

Santana (2013) cita que diversas sociedades possuem como padrão cultural a construção de que somente uma pessoa que tenha plena atividade de suas funções atinge suas atribuições sociais. No entanto, defende que essa condição cultural não pode impedir que o indivíduo se torne agente ativo e transformador de sua própria vida. Destaca, ainda, que Rogers fazia referência ao ser humano como agente transformador e ativo de sua vida.

Rogers e Kinget (1965/1979) dizem que:

[...] a tendência à atualização é a mais fundamental do organismo em sua totalidade. Preside o exercício de todas as funções, tanto físicas quanto experienciais. E visa constantemente desenvolver as potencialidades do indivíduo para assegurar sua conservação e seu enriquecimento, levando-se em conta as possibilidades e limites do meio (ROGERS; KINGET, 1965/1979, p. 41).

Dessa forma, percebe-se que embora seja inerente a cada pessoa, a tendência atualizante, pode sofrer limitações dependendo do meio em que o indivíduo se encontra. Assim, não se pode adotar uma postura de acomodação, como se bastasse à pessoa com deficiência “exercitar” sua tendência atualizante para que todos os desafios fossem vencidos. Faz-se necessária ação efetiva no sentido de garantia de respeito à dignidade e cidadania destas pessoas. Essa causa precisa ser assumida pelo Estado, pela sociedade e por todos os cidadãos.

Passa-se a apresentar as respostas dos participantes, para que melhor se visualize o que se discorreu até agora sobre a tendência atualizante no enfrentamento dos desafios. Assim respondeu o Entrevistado 1 (2020, informação verbal concedida em 12/04/2020): “Fé em Deus. Também tenho muita vontade de vencer na vida. Sempre com muita humildade e respeito vou procurar conversar com aqueles (as) que possa melhorar essa situação. E se precisar usarei a lei ao meu favor.”

O Entrevistado 2 (2020, informação verbal concedida em 12/04/2020): respondeu: “Procuo me esforçar o máximo possível para solucionar parte desses problemas, buscando me adaptar a esta nova realidade, esta ‘nova universidade’, tentando o máximo possível desafiar a desmotivação e frustrações nesta nova fase acadêmica.”

Urbano e Machado (2018) afirmam que a tendência atualizante permite que o ser humano desenvolva suas potencialidades a partir de suas necessidades reais e assim, possa fazer suas escolhas, crescendo e se desenvolvendo. E que o faz sem que tenha que abdicar do que considera enriquecedor para si. É o que se pode observar nas falas dos entrevistados 1 (2020) e 2 (2020) citadas nos parágrafos anteriores.

Já o Entrevistado 6 (2020, informação verbal concedida em 20/04/2020) deixou mais evidente a utilização da tendência atualizante no processo de enfrentamento: “Tendo foco e me mantendo firme, sabendo diferenciar as diversidades que encontro na frente sempre em busca de conseguir meus objetivos. Mesmo com tantas batalhas vencerei.”

Observa-se na fala acima, o que Rogers e Kinget (1965/1979) afirmam. Os autores dizem que o ser humano possui em si condições únicas quando à responsabilidade e a segurança. Seus comportamentos e atitudes positivos tendem a ser ressaltados diante de questões negativas.

A tendência atualizante também é encontrada no discurso do Entrevistado 4 (2020, informação verbal concedida em 19/04/2020): “o acesso que tive a educação não é suficiente e tão pouco preparatório para um curso superior, contudo, procuro adquirir o conhecimento perdido para acompanhar com uma menor dificuldade.”

Pode-se perceber, na fala acima, o que Justo *apud* Urbano e Machado (2018) traz sobre a tendência atualizante. O ser humano, em sua totalidade, apresenta “uma tendência essencial a adaptar-se, situar-se e ampliar-se a novas necessidades, de modo a propiciar o seu crescimento. A Tendência à Atualização conduz o ser humano a fortificar-se quanto a sua autonomia” (URBANO; MACHADO, 20018, p. 5). As ações humanas serão vistas como necessidades em crescer, independentemente da reação, pois todo indivíduo possuiria a realização de seus potenciais como algo necessário (JUSTO, 1987, *apud* URBANO; MACHADO, 2018).

Observou-se, ainda, que os participantes ressaltam em suas falas, a importância dos grupos de apoio social em que se inserem. O grupo mais relevante é a família. Os entrevistados 4 (2020) e 7 (2020) citam que a família ajuda com as questões financeiras. Já o entrevistado 3

(2020) fez o seguinte depoimento, onde se percebe a tendência atualizante, além do apoio familiar e do fator protetivo da religiosidade:

Primeiramente, pelo fato de querer muito e por ter sido uma coisa que sempre esteve incluído em meus sonhos e planos, conquistar não é fácil, então não é agora que vou desistir, **segundo também por minha família, que junto comigo estão fazendo o possível para que mais essa conquista seja realizada.** Com fé e determinação, Deus vai me ajudar a chegar lá! (Entrevistado 3, 2020, informação verbal concedida em 12/04/2020, grifo nosso).

O Entrevistado 6 (2020, informação verbal concedida em 20/04/2020) cita seu esposo e suas colegas de classe como apoio social para enfrentar as adversidades que encontra no curso: “Procuro estudar e resolver as questões de acordo com minha limitação. E quando há realização de outra atividade, peço auxílio do meu esposo que também estuda na mesma sala que eu, ou então das minhas amigas.”

Portanto, os participantes apresentam dois grupos de apoio social: família e amigos de sala e um fator protetivo: a religiosidade (Entrevistados 1 e 3, 2020, informação verbal concedida em 12/04/2020).

A quarta questão da entrevista semiestruturada remetia ao apoio social diretamente. Perguntou-se se o participante conhecia alguma rede de apoio que possa te ajudar nesse processo de enfrentamento. Apesar de terem citado a família e os colegas de sala como apoio social, eles não conseguem percebê-los como tal. Os participantes deixaram evidente que entendem como apoio social como algo de caráter institucional. Tanto que dois citaram as iniciativas do CCJS/UFCG como apoio social: o psicólogo do Programa de Atendimento ao Estudante (Entrevistado 2, 2020) e o Núcleo de Assistência Estudantil (Entrevistado 6, 2020).

Chamou atenção, o fato de que a maior parte dos participantes não conhecem ou afirmam não existir nenhum apoio social. Três (42,8%) dizem não saber informar se existe alguma rede de apoio e dois (28,6%) afirmam não existir nenhuma rede. O entrevistado 6 (2020, informação verbal concedida em 20/04/2020) ainda lamenta as poucas bolsas que a universidade disponibiliza e que “a burocracia é tão grande, que infelizmente desmotiva a pessoa a buscar.”

Por fim, o único participante a citar o Serviço de Psicologia oferecido pelo Programa de Atendimento ao Estudante (PAE), no caso, o Entrevistado 2 (2020), não o faz com segurança e confessa que ainda não buscou essa ajuda:

Fui informado que existe um profissional na instituição disponível nesta área, creio eu que seja um psicólogo, mas pela indisponibilidade de tempo, ainda não tive a oportunidade de buscar ajuda, sei que sinto a necessidade de um diálogo,

um desabafo, tipo assim, mas infelizmente nunca busquei essa possibilidade (Entrevistado 2, 2020, informação verbal concedida em 12/04/2020).

Em suma, o principal apoio social para os discentes com deficiência do CCJS/UFCG é o grupo familiar, seguido do grupo de amigos. No entanto, não são identificados como tais porque a visão é que um grupo de apoio é algo institucional e, neste sentido, os participantes pouco conseguem identificar a sua existência, no âmbito acadêmico. Como a pesquisa possuiu um viés mais voltado a instituição, é possível que isso tenha gerado alguma dificuldade de compreensão da questão, no sentido de somente se pensar nos grupos de apoio social como aqueles que são institucionais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa pretendeu discutir a percepção dos desafios que as pessoas com deficiência vivenciam para permanecer no ensino superior e suas estratégias de enfrentamento, especialmente, depois que este direito lhes foi assegurado com a Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016, que alterou a Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, incluindo as pessoas com deficiência no rol de beneficiados pelo sistema de quotas do ensino superior, seja em universidades federais, seja nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

Dessa forma, a pesquisa propôs uma reflexão sobre a questão da inclusão social das pessoas com deficiência no ensino superior, a partir dos conhecimentos da Psicologia, especificamente da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) desenvolvida por Carl Rogers. A pesquisa sugeriu que os alunos com deficiência se utilizam tendência atualizante, como um possível elemento de contribuição para o enfrentamento dos desafios. Além disso, a pesquisa identificou a importância dos grupos de apoio social neste enfrentamento, notadamente, da família, dos amigos e dos grupos religiosos.

O objetivo geral foi alcançado, visto que se identificou os principais desafios percebidos pelas pessoas com deficiência que são alunas dos cursos de graduação do CCJS/UFCG e suas formas de enfrentamento. Uma diversidade de desafios foram apontadas: as dificuldades financeiras, que demonstram que a pobreza e a deficiência são marcas de uma sociedade desigual; problemas de infraestrutura da instituição e na falta de estratégias pedagógicas adequadas por parte dos docentes; falta de abertura no meio acadêmico para acolher e conviver com a diversidade que gera o preconceito e a exclusão; problemas com os instrumentos avaliativos que careciam de adaptações às necessidades educacionais das pessoas com deficiência; dificuldades de locomoção, por parte dos que moram em outros municípios,

diferentes de onde se localiza o CCJS/UFCG e as dificuldades de caráter subjetivo (relacionamento com os colegas, problemas familiares, etc.).

Como estratégias de enfrentamento identificou-se a tendência atualizante, a presença de grupos de apoio (família, amigos) e um fator protetivo (religiosidade), embora para os discentes com deficiência do CCJS/UFCG, estes grupos não são identificados como tais porque a visão é que um grupo de apoio é algo institucional e, neste sentido, os participantes pouco conseguem identificar a sua existência, no âmbito acadêmico. Encontrou-se, ainda, na fala das pessoas com deficiência, elementos do conceito rogeriano de tendência atualizante, na criação de estratégias de enfrentamento, conforme já foi citado anteriormente.

A Psicologia precisa, cada vez mais, discutir e pautar temas de relevo social, como os direitos das pessoas com deficiência, cumprindo um importante papel na sociedade, contribuindo como ciência e profissão, como se esboçou, nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. R. Contribuições da psicologia de Rogers para a educação: uma abordagem histórica. In: PLACCO, V. M. N. S. (Org.). **Psicologia & educação: revendo contribuições**. 5.ed. p.63-95. São Paulo: Educ, 2002.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS, A. B.; SILVA, S. M. M. da; COSTA, M. P. R. da. Dificuldades no processo de inclusão escolar: percepções de professores e de alunos com deficiência visual em escolas públicas. **Boletim da Academia Paulista e Psicologia**. vol.35. nº.88. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2015000100010>. Acessado em: Abr. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acessado em: Set. 2019.

BRASIL. **Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acessado em: Set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acessado em: Nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em: <

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2016/lei-13409-28-dezembro-2016-784149-publicacaooriginal-151756-pl.html>>. Acessado em: Nov. 2019.

LIMA, L. D. de; BARBOSA, C. L.; PEIXOTO, S. P. L. Teoria Humanista: Carl Rogers e a educação. **Revista das Ciências Humanas e Sociais**. V.4. n.3. Alagoas, 2018.

ROGERS, C. R.; KINGET, G. M. **Psicoterapia e relações humanas**. Vol 2. Trad. Maria Luiza Bizzotto. 2. ed. Interlivros: Belo Horizonte, 1977.

ROGERS, C. R. **Um jeito de ser**. Trad. Maria Cristina Machado Kupfer, Heloísa Lebrão, Yone Souza Patto. 1. ed. Editora Pedagógica Universitária: São Paulo, 1983.

ROGERS, C. R. **Liberdade de aprender em nossa década**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

ROGERS, C. R. **Tornar-se pessoa**. Trad. Manuel José do Carmo Ferreira e Alvamar Lamparelli. 6. ed. Editora Martins Fontes: São Paulo, 2009.

SANTANA, F. Experiência de tendência atualizante em amputado numa perspectiva fenomenológica. **Psicologado**. 2013. Disponível em: <<https://psicologado.com.br/abordagens/centrada-na-pessoa/experiencia-de-tendencia-atualizante-em-amputado-numa-perspectiva-fenomenologica>>. Acessado em: Abr. 2020.

SOUSA, I. P. de. **A prestação estatal da educação inclusiva como obrigação político-jurídica**. 2013. 105 p. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado. PPGD/UFPB, João Pessoa, 2013.

SOUZA, M. V. L.; LOPES, E. S.; SILVA, L. L. Aprendizagem significativa na relação professor-aluno. **Revista de Ciências Humanas**. v.13. n.2. Viçosa, 2013. p.407-420

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

URBANO, B. de S.; MACHADO, E. S. S. **A contribuição da tendência à atualização no processo psicoterápico**. Unisul, 2018. Disponível em: <<https://riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/6258/Artigo%20-%20B%C3%A1rbara%20de%20Souza%20Urbano.pdf?sequence=11&isAllowed=y>>. Acessado em: Mai. 2020.

ZIMRING, F. **Carl Rogers**. Tradução e organização: Marco Antonio Lorieri. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2010.

ENTREVISTA CONCEDIDA

ENTREVISTADO 1. A prática da tendência atualizante pelas pessoas com deficiência no enfrentamento dos desafios para a permanência no ensino superior. Entrevista concedida a Iarley Pereira de Sousa. Sousa, 12 de abril de 2020.

ENTREVISTADO 2. A prática da tendência atualizante pelas pessoas com deficiência no enfrentamento dos desafios para a permanência no ensino superior. Entrevista concedida a Iarley Pereira de Sousa. Sousa, 12 de abril de 2020.

ENTREVISTADO 3. A prática da tendência atualizante pelas pessoas com deficiência no enfrentamento dos desafios para a permanência no ensino superior. Entrevista concedida a Iarley Pereira de Sousa. Sousa, 12 de abril de 2020.

ENTREVISTADO 4. A prática da tendência atualizante pelas pessoas com deficiência no enfrentamento dos desafios para a permanência no ensino superior. Entrevista concedida a Iarley Pereira de Sousa. Sousa, 19 de abril de 2020.

ENTREVISTADO 5. A prática da tendência atualizante pelas pessoas com deficiência no enfrentamento dos desafios para a permanência no ensino superior. Entrevista concedida a Iarley Pereira de Sousa. Sousa, 19 de abril de 2020.

ENTREVISTADO 6. A prática da tendência atualizante pelas pessoas com deficiência no enfrentamento dos desafios para a permanência no ensino superior. Entrevista concedida a Iarley Pereira de Sousa. Sousa, 20 de abril de 2020.

ENTREVISTADO 7. A prática da tendência atualizante pelas pessoas com deficiência no enfrentamento dos desafios para a permanência no ensino superior. Entrevista concedida a Iarley Pereira de Sousa. Sousa, 20 de abril de 2020.